

A arte de morrer dignamente

The art of dying with dignity

Ana Lúcia Neves do Nascimento¹

Resumo: O presente artigo discute a problemática que envolve o tema morte assistida na sociedade atual e suas implicações nas diversas esferas da vida: pessoal, científica e religiosa. Analisa as relações e perspectivas entre os conceitos de morte e fim da vida. Caracteriza aspectos históricos da Eutanásia e o princípio da dignidade humana. Conclui que o tema merece atenção não somente sob as óticas da ciência, da religião ou cultura, mas principalmente sob a ótica do ser humano, que pode utilizar este recurso como um direito a um tipo de morte digna.

Palavras-chave: Morte, religião, ciência, dignidade

Abstract: This article discusses the problematic that involves the topic assisted death in the current society and its implications in the different spheres of life: personal, scientific and religious. It analyzes the relationships and perspectives between the concepts of death and the end of life. It features historical aspects of Euthanasia and the principle of human dignity. It concludes that the subject deserves attention not only from the point of view of science, religion or culture, but especially from the point of view of the human being, who can use this resource as a right to a kind of worthy death.

Keywords: death, religion, science, dignity

Artigo recebido em: 14 març. 2018
Aprovado em: 18 mai. 2018

¹ Mestranda em Ciências das Religiões – Faculdade Unida de Vitória

Introdução

Se a morte é inevitável, nós desejamos pelo menos que ela aconteça de uma maneira pacífica, e na condição de seres humanos, questionamos o significado de existir e o porquê da finitude.

O presente artigo aborda uma visão teológica filosófica sobre a eutanásia. No contexto de promover uma morte fora do tempo, diante de um sofrimento insuportável e por compaixão pelo paciente, evidenciarei que o indivíduo diante de uma doença terminal pode decidir se pretende morrer ou não.

Aumenta cada dia mais o potencial dos tratamentos paliativos e os recursos para prolongamento da vida de pacientes terminais, conduzindo este paciente a um penoso processo de morrer, o que às vezes acarretaria no desrespeito à sua dignidade.

Com o desenvolvimento de uma nova visão do ser humano que vença as barreiras do individualismo, cabe refletir sobre o sofrimento que se acrescenta a uma agonia instaurada por uma terapêutica utilizada para cumprir o juramento médico de *fazer tudo o que for possível para conservar a vida*, princípio ético do qual não exige maiores discussões.

1. A morte e o fim da vida

Morrer é o processo que conduz a estar morto e que ocorre em vida, e pode ser experimentado, segundo Kreidlow “[...] o que fica claro, em toda a discussão sobre a morte, é que se torna difícil declarar que existe um momento próprio dela. A morte é, antes disso, um processo [...]”² em que a vida, a doença e a própria morte são fases de transformação que fazem parte do cotidiano do indivíduo.

Diante de tanta angústia, Viorst relata que conscientes ou inconscientes do medo da morte, o ser humano tenta afastá-lo da mente, pois se vive uma vida na qual a morte é negada.³ Negar a

² KREIDLOW, D. A morte somente pertence a Deus? Uma análise ético-teológica sobre a eutanásia. In: NOÉ, S. V. (Org.). *Espiritualidade: da cura d'alma ao cuidado integral*. 2.ed. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST, 2005. p.109-121.

³ VIORST, J. *Perdas necessárias*. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005. p. 313.

morte significa jamais permitir a nós mesmos o confronto com a ansiedade provocada por visões dessa última separação.⁴

1. Aspectos históricos da morte

Sobre a morte, possuímos culturalmente uma herança que define a visão que temos da mesma nos dias atuais.

No pensamento de Oliveira e Pinto, o que muda entre as sociedades “[...] é a consciência da morte, [...] essa consciência que se transforma no curso do desenvolvimento social [...]”⁵ verificando-se que a morte se relaciona com a história, com cenários cultural, religioso e político de uma sociedade, possuindo significados diversos, de acordo com a experiência humana da época.

Para Kübler-Ross são cada vez mais fortes e velozes as mudanças sociais, expressas pelos progressos tecnológicos⁶ constatando-se que o homem se preocupa menos com os problemas da sua comunidade devido ao seu individualismo, modificando como o homem lida hoje em dia com a morte.

A morte se correlacionou com a vida em vários momentos históricos, onde as pessoas podiam escolher onde iriam morrer, longe ou perto das pessoas, em seu lugar de origem, deixando mensagens à sua descendência. Com esta possibilidade de escolha, deu-se lugar a um crescente desaparecimento da dignidade ao morrer, nas palavras de Kübler-Ross “[...] já vão longe os dias em que era permitido a um homem morrer em paz e dignamente em seu próprio lar”.⁷ As tentativas de reanimação e a morte monitorada tomaram o lugar da morte natural, e geralmente o paciente nem mais é consultado sobre seus desejos.

2. Perspectivas sobre fim de vida

Esquecemos sempre de perguntar o que é o fim da vida. O que é morrer? Quando se morre? É difícil estabelecer o momento preciso da morte, pois ela não é um fato que acontece instantaneamente, ela

⁴ VIORST, 2005, p.314.

⁵ OLIVEIRA, C. B; PINTO, R. N. Envelhecimento, exclusão e morte: resenha do livro *A solidão dos moribundos* de Norbert Elias. *Revista da Universidade Federal de Goiás*, Goiás, ano 5, v. 2, p. 40-41, 2003.

⁶ KUBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. p.84.

⁷ KUBLER-ROSS, 1981, p. 86.

se constitui numa sequência de fenômenos que são processados gradualmente nos sistemas vitais. Heidegger, um pensador diz:

[...] tudo o que é, é coisa, uma realidade. O ser não é coisa nenhuma. O ser se dá em tudo o que é, mas ele enquanto tal é uma vigência, é um aberto, é a possibilidade dos entes serem. Então, o ser é a pura manifestação da realidade, sua temporalização. O ser não é um ente, pela condição de finitude temporal da existência, pela morte.⁸

A morte é certa, mas indeterminada. Segundo Heidegger, a morte é o fundamento da finitude. A infinitude seria o eterno, o que é para sempre. O contrário disso é o finito, marcado pelo tempo e não tem eternidade. E esta é nossa condição. Heidegger finaliza citando que o que estabelece a finitude e que dá essa constituição ao homem é a sua mortalidade.⁹

Que parte do organismo deve-se olhar para determinar se a morte ocorreu? Bastaria apenas observar o traçado isoeétrico do cérebro para constatar morte? Poderá a morte ser decretada apenas pela parada de um órgão do corpo?

Nas discussões que permeiam a definição de morte, haverá a morte do indivíduo, se ficar constatado a morte encefálica do mesmo, por ser um fato irreversível, mas este ainda possuir outros órgãos funcionando plenamente, como o sistema digestivo, seja através de aparelhos seja por si só, não sabendo a equipe médica até quando seus órgãos funcionarão e seguramente independente do tempo, a morte será o resultado certo.

Um indivíduo com as funções vitais mantidas, como a circulação e a respiração, e com funções de consciência privadas, pode nos demonstrar que é uma pessoa que está viva. Mas esta afirmativa não cabe, segundo Miranda, “quando um indivíduo está sendo mantido tecnológico e artificialmente em estado vegetativo, sendo seu sofrimento prolongado e tendo que ser submetido à obstinação terapêutica da medicina fútil (ou Distanásia)”¹⁰

3. Aspectos históricos da eutanásia

⁸ HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988. v. 2, p.207.

⁹ HEIDEGGER, M. 1988, v.2, p. 207.

¹⁰ MIRANDA, Gonzalo. *Bioética e eutanásia*. Trad. de Elaine Caramella. Bauru: EDUSC, 1998.

O direito de morrer na sociedade Greco romana era reconhecido, como também era permitido que os doentes desesperados pudessem por fim a uma vida de sofrimentos. Segundo Dall'Agnol, destacamos a posição de Epicuro, não condenando a Eutanásia quando usada com justificativa para término da vida:

[...] o mais terrível de todos os males, a morte, não significa nada para nós, justamente porque, quando estamos vivos, é a morte que não está presente; ao contrário, quando a morte está presente, nós é que não estamos. A morte, portanto, não é nada, nem para os vivos nem para os mortos, já que para aqueles ela não fosse o maior dos males, ora a deseja como existe, ao passo que estes não estão mais aqui. E, no momento, a maioria das pessoas foge da morte como se fosse descanso dos males da vida.¹¹

A eutanásia foi admitida na Antiguidade tanto para eliminação dos imperfeitos, quanto para aliviar o sofrimento, ficando assim, por muito tempo, os dois sentidos misturados entre si. Estas práticas de eutanásia baseavam-se geralmente em motivos políticos, médicos, e sociais, dentre outros, porém nunca levaram em conta os pacientes e suas respectivas vontades.

4. O princípio da dignidade humana

A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê a dignidade como inerente a todos os indivíduos, considerando-a como fundamento de paz, justiça e liberdade, cita Moraes:

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais,

¹¹ DALL'AGNOL, Darlei, *Ética I*. Florianópolis: Filosofia/ EAD/ UFSC, 2008. p.76.

mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.¹²

Verifica-se então, que o princípio da dignidade humana baseia-se no respeito ao ser humano, e que cada indivíduo deve manter este respeito diante da dignidade do próximo.

Se o homem tem garantido pelo Estado, condições mínimas de viver com respeito e dignidade, e quando este indivíduo se encontra diante de um quadro de estado vegetativo ou portador de uma enfermidade que lhe cause sofrimentos, num estado *degenerativo* e *irreversível*, o que fazemos para valer a sua dignidade? Ir contra o pedido de eutanásia de um paciente pode ser a negação de sua liberdade de escolha, assim como não valorizar a sua dignidade de ser humano que é.

5. Reflexões teológicas

O tema morte sempre esteve no centro da mensagem do Cristianismo. E ao lado da morte está a vida, que recebe da religião seu valor fundamental, pois o homem vive diante de Deus, havendo entre esse espaço de vida e morte a brevidade, segundo Comblin

“[...] a humanidade consta da multidão de indivíduos que viveram, vivem ou viverão no decorrer da história. [...] Cada indivíduo tem o seu fim em si mesmo, o seu valor em si mesmo e a sua razão de ser em si mesmo”.¹³

No Cristianismo, vê-se que Jesus manifestou a liberdade com toda sua plenitude quando venceu o medo e viveu toda sua fé diante de um povo incrédulo, e isto demonstra o que é a verdadeira liberdade, Comblin cita que “Quem venceu o medo, já venceu a morte. A liberdade é mais forte do que a morte: ela é a afirmação da vitória da vida sobre a morte”.¹⁴

¹² MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil*, doutrina e jurisprudência. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.60. (Coleção temas jurídicos, 3).

¹³ COMBLIN, José. *Antropologia Cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 225. (Tomo I, Série III: A libertação na História. Coleção Teologia e Libertação).

¹⁴ COMBLIN, 1985, p.236-237.

O parecer quanto à eutanásia não poderia ser fundamentado além das possibilidades de somente dar continuação à vida de um ser humano se esta mesma for de qualidade e digna de ser vivida. Assim, a prática da eutanásia nessa perspectiva, representa uma prática de libertação, e uma maneira de aliviar sofrimentos e dores, quando não há mais sentido numa *vida* desumana. Uma mudança de mente na sociedade levaria a reconhecer que, muitas vezes pode-se escolher como, onde e quando morrer.

Considerações Finais

Quando estamos tirando uma vida? Quando estamos prolongando artificialmente o que já não existe mais? Para tais respostas, cabe a análise de conceitos do que seja a morte, do que seja a vida, e se esta *vida* vale a pena ser continuada ser vivida.

Mas se a dignidade e liberdade do ser for vista como princípio primordial, não temos que ser submetidos a princípios ou torturas, a legalidades ou penúrias sem fim, se existe em nós a liberdade de escolha, devemos submeter-nos somente a nós mesmos.

Resta o questionamento e a reflexão: como morrer em paz? O que necessitamos para se promover uma morte digna a um moribundo que sofre? O que nos impede de ter compaixão com o próximo? Importante é que se respeite a liberdade e dignidade do indivíduo no momento mais crítico da vida, que é o momento da sua partida, o momento do Adeus.

Referências

COMBLIN, José. *Antropologia Cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985. (Tomo I, Série III: A libertação na História. Coleção Teologia e Libertação).

DALL'AGNOL, Darlei. *Ética I*. Florianópolis: Filosofia/ EAD/ UFSC, 2008.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988. v.2.

KREIDLOW, D. A morte somente pertence a Deus? Uma análise ético-teológica sobre a eutanásia. In: NOÉ, S. V. (Org.). *Espiritualidade: da cura d'alma ao cuidado integral*. 2.ed. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST, 2005.

KUBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MIRANDA, Gonzalo. *Bioética e eutanásia*. Trad. de Elaine Caramella. Bauru: EDUSC, 1998.

MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, C. B; PINTO, R. N. Envelhecimento, exclusão e morte: resenha do livro *A solidão dos moribundos* de Norbert Elias. *Revista da Universidade Federal de Goiás*, Goiás, ano 5, v. 2, 2003.

VIORST, J. *Perdas necessárias*. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.